DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA INCLUSÃO SOCIAL

PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA; OLIMPIA MALUF-SOUZA

Universidade do Estado de Mato Grosso
Av. São João, s/n – Cavalhada – 78200-000 – Cáceres – MT – Brasil

patricia_rogeriofilho@hotmail.com ; olimpiamaluf@gmail.com

Resumo. A efervescência do tema se faz em razão da adoção, nos últimos tempos, de políticas públicas de dignidade humana às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O presente trabalho tem como proposta analisar os modos de instituição do sujeito deficiente, em específico o cadeirante e o surdo, através das políticas de inclusão propostas pelo Estado. O referencial teórico é o da Análise de Discurso, iniciada por Michel Pêcheux, na França, e ampliada por Eni Orlandi, no Brasil. Sendo assim, pretendemos visibilizar o princípio da *dignidade humana* e o da *inclusão social*, através de imagens que circularam/circulam na mídia, especialmente na Internet.
Palavras-chave: inclusão social; dignidade humana; leis de acessibilidade.

Abstrat. The effervescence of the theme is made by reason of the adoption, in recent times, of public policies of human dignity for people with disabilities or reduced mobility. The present work has the proposal to analyze ways of constitution of the defective subject image, especially the wheelchair users and the deaf, through inclusion policies established by the State. The theoretical framework that supports this study is the Discourse Analysis initiated by Michel Pêcheux, in France, and expanded by Eni Orlandi, in Brazil. Therefore, we intend to observe the principles of human dignity and social inclusion, through images that circulated/still circulate in media, especially on the Internet.
Keywords: social inclusion; human dignity; accessibility laws.

Introdução

A forma como a deficiência é, atualmente, conceitualizada e definida derivou de um longo processo, resultante de diversas reformas políticas e sociais ao longo da história da humanidade. Ao analisar a linha cronológica da história da deficiência, percebeu-se que as pessoas com deficiência passaram por diversos momentos, havendo períodos em que as crianças com deformações físico-mentais eram mortas ou abandonadas à sua sorte, até momentos em que a deficiência era tida como uma provação divina. Desse modo, o entendimento sobre a deficiência foi interpretado como um pecado, um castigo ou erro cometido pelos pais ou família. Assim, as pessoas com deficiência foram isoladas, marginalizadas e desvalorizadas pela sociedade (VEIGA, 2006).

Registra-se que o movimento de conscientização da necessidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida foi iniciado na Europa, por volta de 1902 a 1912, através da instalação e organização de instituições voltadas para preparar a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, havendo uma

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência eram abrigadas, dando mostras de que as pessoas com deficiência precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

Desse modo, são promulgados o **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005** regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; o **Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004**, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, estabelecendo prioridade e atendimento às pessoas com deficiência; e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O fato é que torna-se perceptível que as políticas governamentais, implantadas para garantir a inclusão do sujeito deficiente, acabaram por instituir sentidos constituídos por funcionamentos histórico-ideológicos do/da deficiente/deficiência que fizeram funcionar, em maior ou menor grau, uma memória que faz eco na história de rejeição, de abandono e de assistencialismo reservados a esse público.

Parece-nos necessário compreender como o sujeito deficiente foi/é significado pela mídia brasileira, para, enfim, analisarmos os sentidos instalados pelas imagens que fazem circular sentidos para o deficiente/a deficiência, uma vez que também dizem do acesso, da relação de pertença, enfim, dos modos de sua inclusão/exclusão social.

Análise

A ausência de políticas públicas governamentais de acessibilidade faz com que o sujeito deficiente cadeirante e o surdo se constituam como sujeitos da ineficiência, da dependência, da exclusão. A partir da análise das imagens a seguir, será demonstrada a questão das cores determinando os sentidos, uma vez que as cores indiciam a instalação de sentidos outros para o sujeito deficiente no social.

Assim, para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver em sociedade, construir seu espaço e marcar a sua história, é necessário que supere as condições adversas a que é constantemente exposto e que enfrente os descasos e omissões dos governantes. A cor vermelha, marcada historicamente pelas posições revolucionárias e transformadoras, em contraste com a cor branca, remete o sujeito deficiente a uma situação de constante apelo à vida, ao futuro, a uma posição de luta. Contrariamente, a cor preta, de acordo com a cromatografia política, faz rememorar o fascismo, os conservadores, a “direita” brasileira (ORLANDI, 2009), pois, historicamente associa-se à ideia de mal, de demoníaco, uma vez que contraria ou retarda o plano da evolução, desejado pelo poder divino. Assim, o preto evoca, segundo Chevalier e Gheerbrant (2009), aquilo a que os hindus chamam de *A Ignorância*, a diabólica serpente-dragão das mitologias, sendo necessário ao homem vencê-la em si mesmo para assegurar sua própria metamorfose. No entanto, por ser a representação do mal, a cor preta (a)trai o homem a cada momento, sendo-lhe difícil escapar de sua simbologia.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

É, pois, esse funcionamento que se coloca em visibilidade pelas imagens analisadas, pois todas fazem parte de um *discurso sobre* o deficiente, produzindo sentidos de que é assim que o sujeito deficiente se vê, se significa. O silenciamento que se produz é, conforme Orlandi (2009, p. 83), um silêncio constitutivo, "[...], pois uma palavra [ou imagem] apaga outras palavras". Assim, entre o que é dito e o que não é dito, o deficiente físico e auditivo se move e se imobiliza nesses espaços de discriminação e de não aceitação em que ele é dito/interpretado/calado pelo outro.

Para a discussão da injunção entre o verbal e o não-verbal na constituição dos sentidos sobre a deficiência/o deficiente, a partir das imagens que circularam/circulam na mídia e nas campanhas públicas sobre a pessoa com deficiência, tomamos as imagens como *acontecimentos discursivos*[1] que instalam sentidos para o deficiente/a deficiência.

Nesse entendimento, ativa-se uma memória discursiva, que possui, segundo Orlandi (2009, p. 30), características particulares quando pensada em relação ao discurso, ou seja, é tratada como interdiscurso: "[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. [...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra". A autora afirma que "[...] o interdiscurso determina a formação discursiva, dissimulando na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. [...]. O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva" (ORLANDI, 2006, p. 18).

Diante do exporto, passa-se à observação da Figura 01, "Não à Discriminação", abaixo.

Figura 01. "Não à Discriminação". Fonte: http://lizardcomunicacao.blogspot.com.br; acessada em 15/08/2014.

Conforme observa-se na figura, a marcação da letra **e**, na cor vermelha, produz sentidos em relação à cor vermelha do semáforo: *pare!* Essa marcação remete à condição da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida como alguém que, devido a alguma deficiência, torna-se uma pessoa interpelada pelas condições que a sociedade exige, ou seja, de ser alguém inapto ao trabalho, produzindo efeitos de imobilidade, estagnação social para a pessoa com deficiência.

---

[1] Orlandi (2009, p. 28) define como acontecimento discursivo um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

O **e** em “problema” também produz sentidos em relação à palavra exclusão. A letra “e” produz, nessas condições, sentidos através de uma memória discursiva sobre os problemas sociais, pois, na imagem analisada, não é só o deficiente físico que sofre a discriminação social, mas também o idoso, o presidiário, o homossexual etc.

A linguagem verbal (formulações) expressa a desresponsabilização do Estado e da sociedade em geral para com o sujeito deficiente, pois atribui a condição de acesso a ele próprio; assim, a autonomia e a independência de mobilidade dependem diretamente do sujeito deficiente. Esse funcionamento apaga as diferenças e desobriga o Estado a proporcionar-lhe a condição de acesso.

O funcionamento das imagens (não-verbal) e das formulações (verbal) produzem efeitos de um *discurso sobre*, um discurso que cala o deficiente, que o silencia em seus desejos e necessidades, apagando seus modos distintos de relacionar-se com os espaços e a sociedade.

A mídia enquanto lugar discursivo é atravessado por discursividade dispares e de diferentes lugares sociais, de diferente posição-sujeito e de diferentes formações discursivas. Com isso, o discurso produzido nunca será o do cadeirante, mesmo que esse discurso seja apresentado formalmente como tal, nem mesmo quando podemos reconhecer neste discurso saberes da pessoa com deficiência. A representação do sujeito deficiente desde o processo de segregação ao de integração, a partir desse lugar discursivo, sempre vai ser um discurso em que o discurso *do/sobre* se imbrica em sua formulação e tal imbricamento se deve ao fato de que ele é construído por um sujeito afetado por uma relação com a *língua/história*, sendo que essa relação não se encaixa com a das pessoas com deficiência.

Tratando-se de um sujeito que não se inscreve em uma formação discursiva, determinada, mas que é atravessada de sentimentos, saberes e ecos de diferentes formações discursivas, caracterizando-se, por conseguinte, por ser um discurso ideologicamente muito heterogêneo e carregado de contradições. Assim sendo, o discurso do sujeito deficiente, ao ser reportado a este lugar, é fragmentado e heterogêneo e está sujeito a constantes distorções de ordem ideológica. A mídia coloca-se na posição de juiz, sempre alerta, sentenciando e operando com maior conduta de veracidade no que concerne aos movimentos sociais.

A linguagem não-verbal (cores e formato), presente na Figura 0, “não à discriminação”, permitiu a compreensão de que o que se coloca em funcionamento, pela produção de efeitos de sentido, são silenciamentos dos desejos e das vontades do sujeito deficiente/diferente, uma vez que ele é dito, é falado pelo outro. Segundo, Indursky (2011, p. 178), “significam como memória discursiva, ou seja, a interpretação, o sentido já está lá, a discursividade prévia é mobilizada para interpretar essas imagens, como todo e qualquer discurso, pressupõe sentidos anteriores que são mobilizados, na qualidade de pré-construído, para interpretação de discursividade imagéticas”.

Além disso, pode-se observar na frase “*ser diferente não é problema, o problema é ser tratado diferente*”, que a palavra “problema” faz remissão ao percurso histórico em que o Brasil passou da fase de inclusão à de interação. Nesse período, torna-se perceptível o tratamento ao sujeito deficiente, o sentimento de pena, rechaço, ou seja, se inclui ao

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

invés de inteirá-lo no meio social. Segundo Foucault (1998, p. 80), sentencia-se dessa maneira que “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Veja-se, nessa direção, a imagem 02 a seguir.
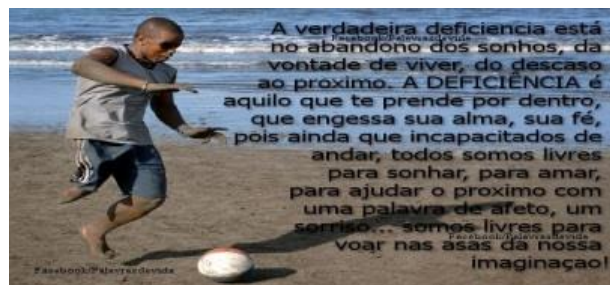
Figura 02. “Inclusão Racial”. Fonte: http://lizardcomunicacao.blogspot.com.br; acessada em 19/08/2014.

A imagem acima coloca o sujeito em posição de liberdade absoluta, o que implica em dizer que é a própria sociedade que o coloca em posição de excluído, cortando-lhe as asas, não permitindo seu voo livre ou até mesmo o engaiolando e o tornando prisioneiro de sua própria deficiência. O que se confirma com a seguinte expressão verbal que integra a imagem: “somos livres para voar, nas asas da nossa imaginação”. Os efeitos do funcionamento da linguagem verbal vai de encontro com a amplitude de relações que o deficiente pode obter para com a sociedade. O deficiente é significado como podendo ser útil, dentro de suas limitações. Observa-se, assim, que a deficiência já não é mais física, mas puramente psicológica: estaria presa dentro de cada ser humano e muito bem engessada.

A imagem é integrada por um texto verbal, que atualiza um discurso verbal sobre a deficiência.

> A verdadeira deficiência está no abandono dos sonhos, dá vontade de viver, do descaso ao próximo. A DEFICIÊNCIA é aquilo que te prende por dentro, que engessa sua alma, sua fé, pois ainda que incapacitados de andar, todos somos livres para sonhar, para amar, para ajudar o próximo com uma palavra de afeto, um sorriso... somos livres para voar nas asas da nova imaginação!

Ao grafar a palavra “DEFICIÊNCIA” em maiúsculo, marca-se a forma de olhar o lugar de cada sujeito com deficiência: olha-se a deficiência em si, não a capacidade desse sujeito, seus sonhos, suas lutas. Faz-se referência ainda a um longo processo discursivo que carrega preconceitos: uma sociedade engessada em si mesma, que se prende com o que a condiz e olha somente o que olhos querem enxergar.

Ao analisar a Figura 02, “inclusão racial”, pode-se notar que a deficiência não é só física; a cor da pele também é colocada em evidência e este sujeito é automaticamente discriminado socialmente, sendo colocado em uma relação de inferioridade perante os

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

demais cidadãos, pois assume perante a sociedade a posição de serviçal, de traficante, de bandido, de pistoleiro etc., ou seja, profissões de baixo prestígio ou reconhecimento social.

Nessa direção, a imagem ainda remete à figura de um ícone do futebol brasileiro que também é um negro, o Rei Pele. Isso mostra que a capacidade não está na cor da pele, nem na falta de um membro do corpo, o que colocaria o sujeito na posição de incapaz ou de inútil, mas sim na forma como encara-se a deficiência, colocando em operação a lei da superação, isto é, não permitindo que a deficiência seja uma deficiência/bloqueio nas/das lutas diárias e incessáveis de cada sujeito deficiente.

Pode-se, dessa forma, afirmar que as palavras são povoadas de sentidos; estes, por sua vez, nem sempre são ditos, sendo muitos deles colocados no/em silêncio. É o silêncio que atravessa as palavras, que passa por elas ou que indica que o sentido pode ser outro; podendo também apontar para aquilo que é importante que nunca se diga. Tem-se, aí, o silêncio como *fundador*, como não dito, visto no interior da linguagem. É o silêncio significante, aquele que tem significância própria: "na perspectiva que assumimos o silêncio na fala". O silêncio *é*. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*. (ORLANDI, 1993, p. 33). Ainda nessa direção, encontra-se o silêncio passando não pelas palavras, mas pelo gesto significativo da coerção. Conforme Pêcheux (1975), "o gesto intervém no real do sentido".

Para Silva (2000), a busca pela identidade implica um movimento de construção simbólica e discursiva, fruto de uma relação social que possui um vínculo estreito com o poder. Assim, a definição da identidade e a marcação da diferença não podem ser separadas das relações mais amplas de poder, ou seja, tanto a construção discursiva da identidade quanto a da diferença não são inocentes, uma vez que elas requerem uma série de procedimentos nelas inscritas, tais como: inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação entre puros e impuros. Logo, esse processo implica dizer que "o que somos" significa também dizer "o que não somos".

Conclusão

O gesto de leitura aqui empreendido a partir dos recortes apresentados permitiu a compreensão de efeitos de sentido postos em circulação pelas imagens que os constituem. Efeitos produzidos pelo processo sócio-histórico-ideológico que as instituiu, instalando sentidos para os sujeitos deficientes e para os não deficientes. A posição teórica aqui assumida permitiu a produção de um gesto de interpretação que toma a instalação da imagem para a deficiência como acontecimento discursivo, ou seja, como um discurso que produz efeitos entre locutores.

Nessa direção, a partir de fundamentos da Análise de Discurso, foi possível dar visibilidade aos discursos colocados em funcionamento pelas imagens e suas interpretações, marcadas por diferentes posições-sujeito, o que permitiu a compreensão de efeitos de sentido que as imagens, oficialmente determinadas para a deficiência física, produzem por/para os sujeitos. O funcionamento do discurso, tal como descrito pela

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10

Análise de Discurso, determina, nas materialidades analisadas nesse estudo, os processos de inclusão/exclusão social dos deficientes, que apresentam modos distintos de relacionar-se com o espaço e com a sociedade.

Orlandi (2001), ao teorizar sobre as formas de o sujeito deficiente significar o seu corpo e ocupar os espaços, ressalta a ocorrência de um estranhamento social, quando um determinado território é invadido por indivíduos que são a ele estranhos, como é o caso dos portadores de deficiência. Assim, esse acontecimento inesperado de ocupação do espaço, por um corpo não autorizado por uma relação de pertença, produz sentidos que vão funcionar como protesto deste sujeito deficiente em face do modo como a sociedade é posta e funciona.

Referências bibliográficas

ABNT-NBR 9050. Norma Brasileira. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2ª. ed. Brasília, 2004. Disponível em http://acessibilidade.sigaessaideia.org.br; acessado em 20/03/2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2ª. ed. Brasília, 2007. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/legislacao; acessado em 20/03/2012.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos.** 24ª. ed. Rio de Janeiro: Editora: Jose Olympio, 2009.

CROMACK, Eliane Maria P. da C. (2004). Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. Disponível em www.entreamigos.com.br/educação.htm; acesso em 04/02/2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. 24ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

INDURSKY, Freda. A representação do MST na mídia: discurso verbal e não verbal. Em: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília M. S. (Orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MENDES, Enicéia G. A educação inclusiva e a universidade brasileira. Disponível em http://www.fundaciononce.es; acessado em 17/10/2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e ideologia. Em: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____ *et al*. Papel da Memória. Em: **Papel da Memória**. Trad. Bras. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

***

Artigo recebido em: agosto de 2015.
Aprovado e revisado em: janeiro de 2016.
Publicado em: março de 2016

Para citar este texto:
SILVA, Patrícia Aparecida da; MALUF-SOUZA, Olimpia. A influência da mídia na inclusão social. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 12, p. 3-10, jan. - jun. 2016.
DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina3a10